

ENTREVISTA/Mauro Dantas

Servidor do Legislativo não é mais *marajá*

Por que os servidores do Legislativo sempre foram considerados os "marajás do serviço público"?

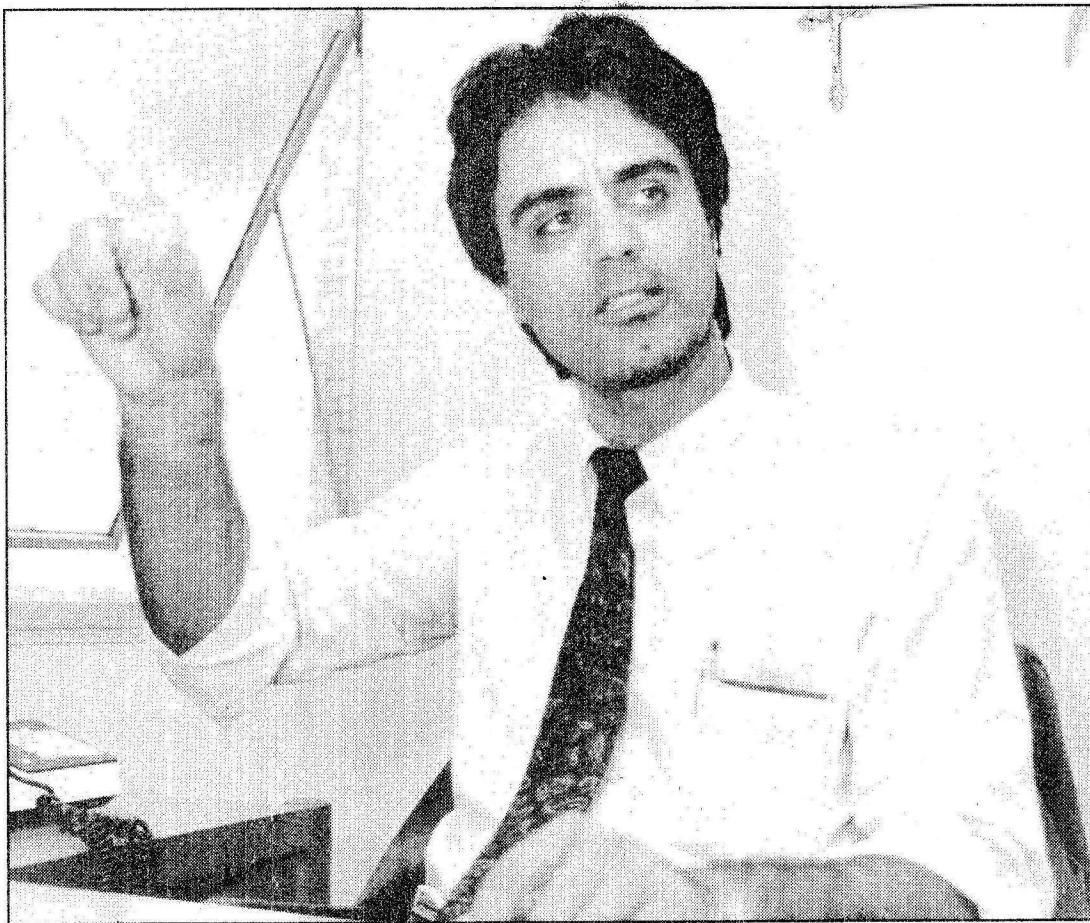
— No passado realmente ganhávamos e por isso nossos salários sempre foram usados como parâmetro. Hoje, isso não ocorre mais. Tem servidor do Executivo e do Judiciário que ganha muito acima do Legislativo. E mesmo antes da lei da isonomia os nossos salários estavam defasados. Para se ter uma idéia, servidor de nível médio da Polícia Federal, hoje, ganha mais do que um servidor em final de carreira, nível superior, do Congresso Nacional. Hoje, a nossa gratificação é de 153 por cento e isso é tudo o que temos, além do salário normal. As vantagens pessoais, os anuênios, a própria legislação prevê. Estamos ganhando muito mal, essa é a grande verdade.

O movimento sindical, na sua maioria, luta por uma política salarial unificada para os servidores públicos federais. Por que o Sindlegis quer diferente, uma política salarial específica para cada Poder?

— A meu ver isso seria realmente o ideal, porque temos que levar em conta as especificidades

Nise Quintas

Eles sempre serviram como parâmetro para as discussões salariais dos servidores públicos federais. Os servidores do Legislativo, representados pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União (Sindlegis), hoje, não podem mais ser taxados de "marajás", como anteriormente. E quem faz essa afirmativa é o presidente da entidade, Mauro Dantas, para quem a categoria, integrada por 15 mil servidores, sofre, hoje, um dos maiores arrochos salariais de sua história. Nessa entrevista, ele explica porque o Sindlegis — ao contrário dos demais sindicatos de servidores públicos — é favorável a políticas salariais específicas para cada Poder Público e porque a entidade não é filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). "Se eu defendo a CUT, hoje, no Congresso Nacional, estou cometendo um suicídio", diz ele. Mauro Dantas dá, ainda, a visão do sindicato sobre os governos Collor e Itamar, "sempre comprometidos com as imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI)". Faz críticas ao ministro do Trabalho, Walter Barelly, frisando, porém, que trata-se de uma "oposição responsável, jamais ostensiva". Nada otimista com 1993, Mauro Dantas afirma que será um ano "negro" e de muitas lutas. "Disposição, porém, não nos falta para superarmos as dificuldades que estão por vir. Obteremos, certamente, muitas conquistas", frisa ele.



Mauro Dantas afirma que o arrocho salarial está violento e que a perda é gritante

"Tem servidor de nível médio da Polícia Federal que ganha mais do que funcionário de nível superior do Legislativo"

de cada Poder. No Judiciário, os servidores sempre tiveram uma gratificação de 170 por cento e uma carga horária de seis horas diárias. Comparando com o Executivo, a nossa carga horária é o dobro ou o triplo, varia de oito a 14 horas/dia. A nossa realidade, sem dúvida alguma, é diferente. Está certo que os salários de todos os servidores estão aviltados mais foi o Governo que para dar um "cala boca" nos militares, usou esse negócio de lei de isonomia. A meu ver, cada Poder tem suas características e por esse motivo acreditamos que a melhor maneira de lidar com os problemas específicos de cada segmento do serviço público seja com a adoção de uma política salarial para cada um deles, separadamente.

A partir de quando verificou-se uma queda salarial no poder aquisitivo dos servidores do Legislativo?

— Acredito que a queda foi geral, para todos os servidores. Nesse Governo a gente nem discute, foi violenta. No governo Sarney, pelo menos, tínhamos uma política salarial, correção trimestral, a realidade era outra. No governo Collor, a coisa degingolou para todo mundo e havia sindicato mais organizado que o nosso, como o Sindsep e o Sindjus e que, de forma errada, nos utilizaram como parâmetro, voltando àquela velha história de que os nossos salários eram maiores. Assim que o Collor assumiu, ele confiscou 84,32 por cento que era a política salarial do último trimestre do governo Sarney. E, de lá para cá, com uma inflação mensal em torno de 30 por cento, tivemos 100 por cento de reajuste, porém, dividido em três parcelas. E parece que é o que o Itamar vai propor. Se for, não vamos aceitar em hipótese alguma porque isso é uma brincadeira.

O governo Itamar, então, é uma continuidade do governo Collor ou há alguma diferença?

— Há diferenças na composição do ministério, de expectativa da sociedade porque a saída do Collor foi traumatizante. Mas, até

o momento, a prática política do Itamar tem sido a mesma. E veja, foram pegar um homem ligado ao meio sindical, que é o Barelly, (Walter Barelly, ministro do Trabalho) com vinculações com o PT — ele não era filiado mas sempre foi simpatizante —, um homem que lidou por tantos anos com um instituto de pesquisa altamente responsável que é o Dieese e até o próprio Barelly já mudou o seu discurso.

Você tem críticas ao ministro Barelly?

— A realidade de ser oposição é bem mais fácil do que a realidade de ser Governo. Eu falo isso porque aqui no sindicato eu sou patrão também e sinto alguns problemas na pele. Por isso costumamos fazer uma oposição responsável, sou um negociador por excelência. Mas, o Trabalho é um ministério difícil de administrar, que não depende exclusivamente do seu ministro. O Barelly está tendo que se submeter à imposição do Governo e ficou numa posição muito ruim devido ao seu passado de lutas. Eu, particularmente, jamais aceitaria essa situação em um governo como esse.

Você diz que o ministro mudou o discurso. E as convicções político-ideológicas?

— Em princípio, não tenho o

costume de atirar pedras em ninguém. O que eu posso dizer é que ser estilingue é fácil mas, ser vitrine... às vezes muda-se muitos pontos de vista em função da realidade que se vive. Acreditamos que o Barelly tem boas intenções, sim, mas a verdade é que ele ficou numa posição muito ruim frente ao movimento sindical. O Sindlegis não dá o seu apoio mas preferimos aguardar um pouco mais. Assumimos uma posição, até crítica a ele porém, sem ser ostensiva.

"Cada Poder tem características próprias e, por isso, o ideal é uma política salarial para cada um deles, separadamente"

O Sindlegis, ao contrário de tantos outros sindicatos, não é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Por que?

— Fui, durante muito tempo,

dirigente da CUT e militante do Partido dos Trabalhadores (PT). E, no caso da nossa base, uma grande parcela dos servidores não tem essa consciência política do movimento sindical porque, senão, o Sindlegis seria mais forte. Eu, no entanto, defendo, que não temos que estar atrelados a nenhuma central sindical porque de alguma forma elas interferem. Somos a favor da autonomia e acreditamos que a independência é o que há de melhor para o nosso trabalho sindical. Não nego a importância das centrais mas, no caso dos servidores do Legislativo, a base é ainda muito inexperiente na política sindical. E, independente disso, a CUT, e não há como esconder, é por excelência, vinculada ao PT. Até certo ponto é normal mas há um vício de querer atrelar o sindicato a um partido político.

O plano de carreira dos servidores da Câmara dos Deputados foi aprovado em novembro. E dos servidores do Senado, qual é o andamento?

— O projeto já foi aprovado na íntegra e acreditamos que ele sai ainda esse ano. Está garantido, inclusive, que o plano terá efeito retroativo a 1º de dezembro. É uma pequena conquista mas é muito válida porque conseguimos criar uma gratificação, o PL (Pro-

cesso Legislativo) e agora, além da GAL (Gratificação de Atividade Legislativa) temos o PL. A vantagem desses planos? É que a partir das suas aprovações, além de mais uma gratificação, os servidores têm uma perspectiva de vida funcional, de carreira.

E quanto aos servidores do Tribunal de Contas da União (TCU), o plano também sai logo?

— O deles começou a tramitar agora e não será tão rápido o processo porque trata-se de um projeto de lei, é diferente do nosso. O da Câmara foi mas prolongado porque o PT foi contra, obstruiu o quanto pôde, o PT atrapalhou. O do Senado foi muito rápido porque teve o da Câmara como base. Mas, o do TCU será um pouco mais complicado. Vai depender muito, também, da mobilização dos servidores do próprio TCU.

Como se desenha o ano de 1993 para os servidores do Legislativo?

— Negro! O arrocho salarial está violento, a nossa perda salarial é gritante. A não ser que consigamos um reajuste satisfatô-

"Se o Governo Itamar propuser um reajuste de 100 por cento em três parcelas não vamos aceitar em hipótese alguma"

rio agora em janeiro e que saia uma política salarial para o funcionalismo público, aí muda de figura. A nossa proposta sempre foi de união agora, é lógico, sempre há coisas específicas. Mas a nossa bandeira de luta para 1993 será, primeiro, pela reposição das perdas salariais, uma política salarial justa. Também, a unificação da GAL em toda a nossa base, uma GAL mais elevada. Vamos lutar por uma gratificação noturna, para aqueles servidores que trabalham além do horário normal. Tem que haver uma compensação legal e queremos ou hora extra ou um adicional noturno, ainda estamos discutindo a melhor maneira de atender essa reivindicação. Mas, o importante, é que estamos dispostos a lutar e certamente conseguiremos viabilizar o máximo de conquistas para a categoria.